

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 22 | Nº 65 | Boa Vista | 2025

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.15428625>



ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS, SERVIÇOS PÚBLICOS E CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA: CASO DE CAMPO LARGO, PARANÁ, BRASIL¹

Cleriston Augusto Simette²

Denis Alcides Rezende³

Donald Francisco Quintana Sequeira⁴

Resumo

O avanço tecnológico tem levado cidades a adotarem estratégias digitais para modernizar a administração pública, tornando a prestação de serviços mais efetiva e acessível. Todavia, projetos em cidade digital estratégica podem integrar tecnologias à gestão municipal, otimizando a tomada de decisões e fortalecendo a participação cidadã. O objetivo da pesquisa é analisar as estratégias municipais e os serviços públicos no contexto da cidade digital estratégica, com foco no município de Campo Largo. A metodologia da pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa, combinando revisão bibliográfica e análise documental por meio de um estudo de caso com protocolo estruturado contemplando dois constructos e seis variáveis. Os resultados auferidos apontaram avanços na digitalização dos serviços públicos, com maior transparência e eficiência na gestão municipal, impulsionados por plataformas digitais, tecnologias emergentes e parcerias público-privadas para otimização de recursos e superação de desafios. A conclusão reitera que o planejamento estratégico municipal pode impulsionar a governança, o desenvolvimento sustentável, e aprimorar os serviços públicos facilitando a integração em tecnologias emergentes, promovendo assim mais efetividade, transparência e participação cidadã. Contudo, os serviços públicos podem fortalecer a governança, impulsionar a sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos quando adotadas inovações tecnológicas para a gestão urbana.

Palavras-chave: Cidade Digital Estratégica; Estratégias Municipais; Gestão Urbana; Serviços Públicos.

Abstract

Technological advances have led cities to adopt digital strategies to modernize public administration, making service provision more effective and accessible. In addition, strategic digital city projects can integrate technologies into municipal management, optimizing decision-making and strengthening citizen participation. The research objective is to analyze municipal strategies and public services in the strategic digital context, focusing on the municipality of Campo Largo, Brazil. The research methodology adopted a qualitative and quantitative approach, combining bibliographic review and documentary analysis through a case study with a structured protocol covering two constructs and six variables. The results indicated advances in the digitalization of public services, with greater transparency and efficiency in municipal management, driven by digital platforms, emerging technologies, and public-private partnerships to optimize resources and overcome challenges. The conclusion reiterates that municipal strategic planning can strengthen governance, sustainable development, and improve public services by enabling the integration with emerging technologies, thus promoting greater effectiveness, transparency and citizen participation. Yet, public services can strengthen governance, boost sustainability and improve citizens' quality of life when technological innovations are adopted for urban management.

Keywords: Municipal Strategies; Public Services; Strategic Digital City; Urban Management.

¹ A presente pesquisa contou com apoio institucional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Mestrando em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: cleristonaugustosimette@gmail.com

³ Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Doutor em Engenharia da Produção. E-mail: denis.rezende@pucpr.br

⁴ Doutorando em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: donald.francisco@pucpr.edu.br



INTRODUÇÃO

O processo de modernização das cidades tem se intensificado com a crescente integração entre estratégias municipais, serviços municipais e os projetos de cidade digital estratégica podendo ser promovido um modelo de desenvolvimento urbano mais efetivo e dinâmico.

Contextualizando a pesquisa, as estratégias municipais são essenciais para a estruturação de políticas públicas que visam à inovação e à otimização da gestão urbana, permitindo que os governos locais elaborem planos coerentes de desenvolvimento. Os serviços municipais, por sua vez, representam um pilar fundamental na administração pública, abrangendo setores como saúde, educação, saneamento e segurança, e cujo aprimoramento constante garante maior acessibilidade e eficiência de recursos. A cidade digital estratégica se apresenta como um modelo avançado de gestão municipal que integra tecnologia da informação, governança eletrônica e planejamento urbano, visando aprimorar a tomada de decisões e a interação entre governo e cidadãos. De forma que a convergência entre estratégias municipais, serviços públicos digitais e cidade digital estratégica fortalece a modernização na gestão das cidades e contribui para o aprimoramento da qualidade de vida no espaço urbano.

Os problemas de pesquisa estão relacionados com a criação e implementação de estratégias municipais, a oferta de serviços públicos e a aplicação de projetos de cidade digital estratégica. Embora as estratégias municipais sejam essenciais para a governança e o planejamento urbano, sua operacionalização enfrenta desafios significativos como a fragmentação administrativa e a falta de continuidade de políticas públicas, dificultando a eficácia de longo prazo e a estabilidade das iniciativas adotadas. A dependência excessiva de financiamento externo e a dificuldade na construção de parcerias institucionais podem comprometer a execução de projetos estratégicos, resultando em iniciativas desarticuladas e sem impacto significativo na realidade local. A digitalização dos processos administrativos, embora fundamental para a modernização dos serviços públicos, pode acentuar desigualdades caso não seja acompanhada por medidas de acessibilidade e inclusão digital, excluindo parte da população no acesso eficiente aos serviços urbanos. A falta de participação efetiva da sociedade civil no processo decisório também compromete a legitimidade das estratégias municipais, tornando a governança pouco transparente e mais vulnerável a decisões centralizadas e distantes das reais necessidades da população. Apesar do seu potencial transformador, as estratégias municipais enfrentam barreiras estruturais, políticas e sociais, que limitam sua eficácia e dificultam a construção de cidades mais equilibradas e sustentáveis.

Complementando os problemas de pesquisa, os serviços públicos enfrentam desafios que comprometem sua eficiência e acessibilidade, como a burocracia excessiva e, conseqüentemente, isso



dificulta a prestação ágil e eficaz dos serviços à população. A falta de planejamento estratégico e de sustentabilidade fiscal impactam a continuidade das políticas públicas, resultando em cortes orçamentários e descontinuidade de programas essenciais. Por outro lado, a centralização administrativa e a ausência de territorialização dos serviços geram desigualdades no acesso, prejudicando regiões mais vulneráveis. Além disso, a ineficiência na articulação entre diferentes esferas de governo compromete a execução de políticas públicas, especialmente na área da saúde, impactando a integração e a eficácia do controle epidemiológico, como exemplo pontual. Dessa maneira, a baixa modernização dos processos administrativos e a resistência à inovação dificultam a implementação de tecnologias que poderiam otimizar a gestão urbana e melhorar o atendimento ao cidadão. Por outro lado, a fragilidade na participação cidadã e na transparência da administração pública enfraquece o controle social e pode aumentar a percepção de ineficiência e a falta de responsabilidade na prestação do serviço. Contudo, a superação desses desafios demanda reformas estruturais, investimentos em inovação, promovendo uma gestão pública mais integrada e participativa.

Os problemas de pesquisa relacionados com cidade digital estratégica tendem aos desafios que comprometem a sua efetividade de implantação, como falta de integração entre diferentes setores municipais, dificultando a integração de políticas e estratégicas. Todavia, a dependência excessiva de tecnologia sem planejamento adequado pode resultar em desigualdade digital, limitando, ademais, o acesso de grupos vulneráveis aos serviços públicos digitais. Com isso a utilização de inteligência de dados na gestão urbana pode ser prejudicada pela fragmentação da informação e pela dificuldade de consolidação de dados de diferentes fontes para a tomada de decisão eficaz. A implementação de estratégias de mobilidade digital pode esbarrar na resistência à mudança e na falta de infraestrutura adequada para suportar novas tecnologias. A participação cidadã, embora ampliada pelo uso de plataformas digitais, pode ser comprometida pela baixa representatividade de alguns segmentos da população e pelo uso ineficaz dessas ferramentas utilizadas. Contudo, a falta de recursos financeiros para manter e atualizar as infraestruturas digitais pode gerar dependência de investimentos externos e descontinuidade de projetos estratégicos. Apesar dos avanços na digitalização e modernização na gestão urbana, os projetos em cidade digital estratégica enfrentam desafios estruturais que precisam ser superados para garantir plena eficácia e inclusão social.

A questão-problema que norteia esta pesquisa é: quais são as relações entre estratégias municipais e serviços públicos no contexto de projetos de cidade digital estratégica?

O objetivo da pesquisa é analisar as estratégias municipais e os serviços públicos no contexto da cidade digital estratégica no município de Campo Largo. Para tanto, determinaram-se os objetivos específicos de trabalho: i) identificar as estratégias municipais implementadas no município, ii)



identificar os serviços públicos oferecidos pelo município e iii) elaborar uma discussão sobre o alinhamento dos serviços públicos identificados com as estratégias desenvolvidas com relação ao projeto de cidade digital estratégica.

As justificativas da pesquisa são fundamentadas na relevância das estratégias municipais, dos serviços públicos digitais e da cidade digital estratégica para a modernização da gestão pública e a promoção da sustentabilidade urbana.

Ainda, como justificativas de pesquisa, as estratégias municipais são essenciais para a organização territorial e a gestão eficiente das cidades, promovendo a alocação otimizada de recursos e a continuidade das políticas públicas, ao mesmo tempo em que fortalece a governança local e aprimora a transparência administrativa. Com a formulação das estratégias municipais possibilita-se a captação de financiamento externo e o estabelecimento de parcerias institucionais, viabilizando investimentos em infraestrutura e inovação, o que amplia a capacidade de resposta às demandas urbanas. O planejamento estratégico também impulsiona a digitalização dos processos administrativos e a modernização em serviços públicos, garantindo maior eficiência operacional e participação cidadã nos processos decisórios. Todavia, a adoção de abordagens participativas fortalece a legitimidade das políticas implementadas e fomenta a corresponsabilidade entre poder público e sociedade civil, tornando a governança mais democrática e acessível. Dessa maneira, a aplicação estruturada das estratégias municipais não apenas promove o desenvolvimento sustentável como contribui para a construção de cidades mais resilientes, organizadas e socialmente inclusivas.

Complementando as justificativas de pesquisa, os serviços públicos desempenham um papel essencial na promoção do bem-estar social assegurando o acesso equitativo a direitos fundamentais como saúde, educação e segurança. A modernização na gestão pública associada à eficiência administrativa fortalece a transparência e amplia a participação cidadã, resultando em maior qualidade de vida e responsividade da administração pública. A territorialização dos serviços possibilita a descentralização e a equidade no acesso a políticas essenciais, contribuindo na redução de desigualdades regionais e no fortalecimento da governança local. Por exemplo, estratégias implementadas em serviços de saúde pública aprimoram a vigilância epidemiológica e fortalecem a integração entre diferentes níveis de governo, promovendo, ainda, a eficácia nas políticas de controle sanitário. A sustentabilidade fiscal e o planejamento estratégico garantem a continuidade dos serviços públicos, otimizando a alocação de recursos e proporcionando maior eficiência na execução de políticas públicas. Por outro lado, a desburocratização dos processos administrativos simplifica o atendimento ao cidadão, promovendo maior agilidade e acessibilidade nos serviços públicos essenciais. Por tanto, ao integrar inovação, governança e participação social, os serviços públicos tornam-se instrumentos fundamentais



para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Um exemplo de aplicação concentra-se na pesquisa empírica de Restrepo-Carmona *et al.* (2024) que focou no desenvolvimento de uma plataforma estratégica e modular, concebida para otimizar a supervisão das despesas públicas na Colômbia. Esta iniciativa estava alinhada com os princípios da Sociedade 5.0, que enfatiza as tecnologias centradas no ser humano para melhoria da qualidade da sociedade e abordagem de questões sociais. Os autores pretenderam estudar com essa plataforma o monitoramento em tempo real, a detecção antecipada de irregularidades, o aumento da transparência na gestão de recursos públicos e para o empoderamento do cidadão através do recurso a tecnologias modernas e à análise de dados.

Quanto as justificativas de pesquisa relativas aos projetos em cidade digital estratégica (CDE), esses tendem a aprimorar a governança urbana no esforço de integrar tecnologia, informação municipal e participação cidadã, permitindo dessa maneira decisões baseadas em evidências com maior transparência da gestão pública. Com o apoio da digitalização nos serviços públicos, os projetos em CDE melhoram a acessibilidade e a personalização das políticas públicas, garantindo maior eficiência na prestação de serviços municipais. Por exemplo, a inteligência de dados aplicada à mobilidade urbana otimiza o transporte público e promove soluções mais sustentáveis e eficientes. Da mesma maneira, no contexto da gestão integrada de projetos digitais, a inteligência de dados fortalece a articulação entre setores municipais, permitindo assim um planejamento estratégico alinhado às necessidades da cidade. Por tanto, o uso de recursos digitais amplia a participação social e promove a inovação e colaboração efetiva na formulação de políticas públicas. Por fim, a gestão multidimensional da informação possibilita a personalização dos serviços urbanos, aprimorando a eficiência administrativa e o desenvolvimento sustentável das cidades. Isto, quando integrado ao conceito de CDE, torna-se um modelo de gestão essencial para inovação, governança integrada e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. estudo demonstra empiricamente que os conhecimentos adquiridos sobre a forma como o gestor público governa esses serviços refletem uma interação complexa entre liderança, estratégias e mecanismos de controle que orientam a política municipal. A pesquisa discute ainda a viabilidade de um *framework* de IoT proposto para otimizar os serviços municipais promovendo uma maior satisfação e envolvimento dos cidadãos. Contudo, a implementação de recursos de IoT nos serviços públicos permanece como um objetivo a ser alcançado. Por fim, o estudo possibilita a exploração e aplicação futuras de estratégias de IoT na governança urbana, enfatizando especialmente a importância de alinhar tais estratégias com os serviços públicos primários, isto é: saúde, educação e segurança pública.



ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS

As estratégias municipais são instrumentos fundamentais para o planejamento e a gestão territorial dos governos locais, sendo definidas como conjuntos de ações coordenadas que buscam atender às necessidades específicas das comunidades, promovendo o desenvolvimento socioeconômico, a sustentabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos (TRUTKOWSKI; ODZIMEK; ŻARKOWSKI, 2021; PAIVA, 2018). Essas estratégias podem se manifestar tanto em documentos formais, que organizam objetivos, metas e recursos, quanto em processos dinâmicos de tomada de decisão e implementação política (BRYSON; EDWARDS; VAN SLYKE, 2018; FUMAGALLI; REZENDE; GUIMARÃES, 2022). A governança efetiva de tais estratégias exige a integração de diferentes setores e atores sociais, garantindo maior transparência e participação na formulação de políticas públicas eficazes, que respondam de maneira adequada às demandas locais (CORRALO, 2017). Além disso, a estruturação de estratégias envolve a definição de diretrizes de curto, médio e longo prazo, assegurando continuidade administrativa e evitando descontinuidade de projetos (LEE, 2023).

O planejamento estratégico municipal permite que as cidades orientem seu crescimento de forma sustentável, minimizando impactos negativos e potencializando oportunidades de desenvolvimento (CAMPOS, 2017), além de incorporar indicadores de desempenho essenciais para monitorar e ajustar as ações implementadas (SIMAS; OLIVEIRA; CARVALHO, 2020). A integração das estratégias municipais com o planejamento metropolitano favorece a criação de políticas públicas mais amplas e alinhadas ao desenvolvimento regional, fortalecendo a governança e a gestão territorial sustentável. Com isso, o monitoramento contínuo das estratégias municipais é fundamental para garantir que os objetivos definidos sejam alcançados com eficiência, permitindo ajustes estratégicos quando necessário (TRUTKOWSKI; ODZIMEK; ŻARKOWSKI, 2021). Além disso, o fortalecimento de parcerias entre os setores públicos e privados contribui significativamente para a execução de projetos estratégicos, ampliando os impactos positivos nas cidades (GREEN; ADAM; HASLUCK, 2010; BRADY; CHASKIN; MCGREGOR, 2020). A descentralização na gestão pública municipal também desempenha um papel essencial, conferindo maior autonomia às administrações locais na formulação de estratégias adaptadas às suas realidades, promovendo assim um ambiente dinâmico e inovador na administração pública (RASOOLIMANESH; BADARULZAMAN; JAAFAR, 2012).

A sustentabilidade emerge como um princípio central nas estratégias municipais contemporâneas, garantindo que o crescimento urbano ocorra de maneira equilibrada, justa e responsável (SANTOS *et al.*, 2021). Dessa maneira, o planejamento urbano deve ser pautado em práticas de uso racional do solo, mobilidade sustentável e preservação ambiental, assegurando que o



desenvolvimento econômico das cidades seja compatível com a qualidade de vida das futuras gerações (ONGARO; FERLIE, 2020; MITCHELL, 2020). As estratégias municipais se consolidam como elementos essenciais da governança moderna, garantindo que as cidades sejam administradas de forma eficiente e alinhada às necessidades da população (MINTZBERG; QUINN, 2006; LEÃO *et al.*, 2023). O planejamento estratégico municipal, portanto, se constitui como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável das cidades, permitindo uma gestão pública mais eficaz e preparada para os desafios urbanos contemporâneos (CAMPOS *et al.*, 2016; MATIAS-PEREIRA, 2022).

SERVIÇOS PÚBLICOS COM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Os serviços municipais são um conjunto de atividades essenciais prestadas pelo poder público local para atender às demandas da população e garantir a organização, funcionalidade e qualidade de vida nas cidades (SINGULANO; CASTELARI; EMMENDOERFER, 2022). Esses serviços abrangem setores fundamentais como saúde, educação, saneamento, segurança pública, infraestrutura e transporte, além de áreas complementares voltadas à modernização da administração e à otimização dos processos urbanos (MEDAUAR, 1992; BARCAROLLO, 2013). A prestação de serviços públicos pode ocorrer de maneira direta, quando executada pelo próprio órgão público diretamente, ou indireta, por meio de concessões, permissões e parcerias público-privadas, ampliando as possibilidades de gestão e eficiência operacional. Com isso a organização territorial dos serviços públicos é um fator determinante para sua eficácia, pois influencia diretamente a acessibilidade e a equidade na distribuição dos serviços essenciais, evitando a concentração excessiva em determinadas áreas e promovendo uma cobertura mais homogênea em todo o município ou cidade (MANICA; MANEGAT, 2018; DOMINGUES *et al.*, 2006).

A modernização dos serviços públicos tem sido impulsionada pela transformação digital, promovendo maior eficiência, transparência e acessibilidade aos cidadãos (POPESCU *et al.*, 2024; WITESMAN; WALTERS; CHRISTENSEN, 2024). Entre os serviços essenciais, destacam-se aqueles relacionados à infraestrutura básica, como abastecimento de água, tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos e transporte público, indispensáveis para a sustentabilidade e funcionalidade urbana. Sendo assim, os municípios são os principais responsáveis pela implementação de políticas públicas que impactam diretamente o cotidiano dos cidadãos, demandando uma maior proximidade entre a gestão pública e a sociedade (GOMES *et al.*, 2011; CARNEIRO; GIOSA; LEMOS, 2021). Para garantir a eficácia dessas ações, a administração municipal deve buscar soluções inovadoras e eficientes, garantindo que a população tenha acesso a serviços de qualidade e de forma ágil, o que exige a adoção de políticas voltadas à simplificação e inovação na gestão pública, reduzindo entraves burocráticos e



ampliando a capacidade de resposta às demandas sociais (KLEIN; PEREIRA; LEMOS, 2019; SIGURJONSSON; JÓNSSON; GUDMUNDSDOTTIR, 2024).

A qualidade dos serviços públicos está diretamente ligada então à participação ativa da sociedade no processo de planejamento e monitoramento das ações públicas, sendo essencial a criação de conselhos municipais, as audiências públicas e as plataformas digitais de consulta popular para garantir que as políticas atendam às reais necessidades da população (OLIVEIRA, 2019). Além disso, o investimento em inovação tecnológica no planejamento estratégico e na participação cidadã é fundamental para aprimorar a eficiência dos serviços públicos, permitindo que os municípios atendam plenamente às demandas da sociedade e promovam o desenvolvimento urbano sustentável (SILVA, 2019). Dessa forma, os serviços públicos tornam-se pilares essenciais para a governança municipal, sendo responsáveis por estruturar e implementar ações que garantam o bem-estar social e a qualidade de vida nas cidades (TRUTKOWSKI; ODZIMEK; ŻARKOWSKI, 2021).

CIDADE DIGITAL ESTRATÉGICA (CDE)

A cidade digital estratégica (CDE) é um modelo inovador de gestão de cidades que integra estratégias municipais, informações municipais, serviços públicos e recursos de tecnologia da informação para apoiar o desenvolvimento sustentável das cidades. O conceito diferencia-se da abordagem tradicional de cidade digital ou de cidade inteligente ao priorizar o planejamento estratégico e a governança municipal, colocando os cidadãos no centro das decisões e utilizando os recursos da tecnologia da informação como meio facilitador para a ampliação da qualidade de vida dos cidadãos e da própria gestão municipal (REZENDE, 2023).

A estrutura conceitual da CDE é composta por quatro subprojetos: estratégias municipais, informações municipais, serviços públicos e recursos de tecnologia da informação. Cada um desses contribui de maneira específica para melhorar a gestão da cidade e a interação entre cidadãos e gestores, em que, as estratégias municipais fornecem um caminho claro para alcançar os objetivos do município, enquanto as informações municipais servem como base para a tomada de decisões tanto dos gestores quanto dos cidadãos (REZENDE; ALMEIDA; FUMAGALLI, 2024). Os projetos em CDE se materializam em um modelo inovador de governança urbana empregando tecnologias digitais não apenas como ferramentas operacionais, mas como um meio para transformar o espaço urbano em um ambiente mais inclusivo, transparente e sustentável, em que o foco concentra-se na participação cidadã, na integração de serviços e na criação de políticas públicas de longo prazo (REZENDE *et al*, 2025). Isto faz da CDE um conceito fundamental para o desenvolvimento das cidades do futuro.



O conceito é amplamente debatido na literatura, destacando-se como um projeto que vai além do simples uso de tecnologias digitais, envolvendo a criação de um ambiente urbano efetivo, democrático e participativo. A CDE pode atuar inclusive, como um projeto de natureza social que busca ampliar a qualidade de vida dos cidadãos, ajudando a gestão das cidades por meio da formulação de políticas públicas integradas e do uso de informações estratégicas. Sendo assim, a CDE pode ser entendida como uma abordagem integrada à gestão e ao planejamento municipal, configurando-se como uma política pública orientada à modernização e efetividade da gestão nas cidades (RIBEIRO; REZENDE; YAO, 2019; FLORES; REZENDE, 2022; FUMAGALLI; REZENDE; GUIMARÃES, 2022). Esse conceito abrange diversas áreas do desenvolvimento urbano, consolidando-se como um modelo estruturado ao longo da última década, caracterizado pela incorporação de tecnologia para a governança municipal e na oferta de serviços públicos (TEIXEIRA; REZENDE, 2023; FROM, REZENDE, SEQUEIRA, 2025).

RELAÇÕES CONCEITUAIS

As estratégias municipais inseridas no contexto da CDE têm um papel central na gestão urbana, conectando as demandas da população com a capacidade administrativa das cidades. Essas estratégias são instrumentos fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida (TRUTKOWSKI; ODZIMEK; ZARKOWSK, 2021). A CDE vai além da simples informatização e automatização de processos, utilizando as tecnologias para promover uma gestão mais eficiente e democrática, sendo capaz de transformar o espaço urbano mediante a integração de políticas públicas, a participação cidadã e a inclusão digital. Nesse cenário, as estratégias municipais assumem um papel central no planejamento e na gestão de cidades, ao promover a articulação entre diferentes setores, como saúde, educação e infraestrutura, além de contribuir para o fortalecimento da governança pública e a ampliação de sua transparência (BRYSON; EDWARDS; VAN SLYKE, 2018; BRADY, CHASKIN; MCGREGOR, 2020).

A relação entre CDE e serviços públicos é essencial para a melhoria da qualidade de vida urbana. Os serviços públicos digitais aplicados em setores como saúde, educação e transporte, são otimizados com a aplicação de soluções tecnológicas que aumentam a eficiência e acessibilidade (REZENDE, 2023; 2024). A digitalização não só facilita o acesso a esses serviços, mas também torna a gestão pública mais ágil e transparente, pois a CDE atua como um catalisador para essa transformação, ao garantir que os serviços públicos se integrem de forma eficaz às necessidades da população, resultando em uma administração pública mais dinâmica e responsiva, refletindo assim na promoção de um modelo



urbano mais inteligente e inclusivo (MORA *et al.*, 2025; REZENDE; ALMEIDA; FUMAGALLI, 2024).

O processo de formulação de estratégias municipais antecede e orienta a organização e a prestação eficaz dos serviços públicos, com o propósito de promover melhorias na qualidade de vida da população. Sendo assim, essa relação envolve a definição de prioridades, a alocação de recursos e a implementação de ações que atendam às necessidades da comunidade de forma oportuna e eficiente (SILVA *et al.*, 2022). O planejamento municipal permite que a gestão pública ofereça serviços essenciais, como saúde, educação e transporte, de maneira adequada e acessível para todos os cidadãos (PFEIFFER, 2000). Além disso, torna-se essencial que a gestão pública busque constantemente a inovação e a modernização dos serviços, de modo a otimizar seus recursos e ao mesmo tempo, adquirir maior transparência e agilidade para com suas atividades (OLIVEIRA, 2022). Esse processo, entre o desenho de estratégias e de serviços públicos, considera a participação ativa da população, garantindo que as decisões tomadas estejam alinhadas às reais necessidades da comunidade (VARGAS *et al.*, 2021). Por tanto, a implementação dessas demandas depende de uma visão integrada de gestão pública, que incorpore não apenas a eficiência, mas também a equidade e a justiça nos meios de acesso aos serviços municipais oferecidos (XAVIER; BASTOS, 2010).

METODOLOGIA DA PESQUISA

Método, técnicas e protocolo de pesquisa

O método da pesquisa enfatizou um estudo de caso com uma abordagem teórico-dedutiva, visando analisar e validar as relações conceituais entre as estratégias municipais e os serviços públicos no contexto da CDE (KLERK *et al.*, 2023; SEFOTH, 2022; Yin, 2018). Para essa análise, foram utilizados dados provenientes de diversas fontes, incluindo bancos de dados bibliográficos, que forneceram o embasamento teórico do projeto de pesquisa, bem como informações secundárias obtidas mediante consultas no sítio web do município (FRANKFORT-NACHMIAS; NACHMIAS; DEWAARD, 2014; LOCATELLI *et al.*, 2023; MORIN; OLSSON; ATIKCAN, 2021).

As técnicas utilizadas foram mistas, quali-quantitativas, permitindo a análise relacional entre as estratégias adotadas e os serviços públicos no contexto da cidade digital estratégica, conformando, assim, o protocolo metodológico da pesquisa (FARQUHAR; MICHELS; ROBSON, 2020; GUERRA, 2022). A abordagem qualitativa foi aplicada em todas as seis variáveis analisadas, enquanto as informações secundárias foram coletando-se mediante os documentos oficiais da prefeitura em conjunto



com livros técnicos que abordaram o tema, visando ao mesmo tempo, a triangulação dos dados e a validação das análises de estudo (BRUNING; GODRI; TAKAHASHI, 2018; GIBBERT; RUIGROK, 2010; NICHOLS; EDLUND, 2023).

A pesquisa foi estruturada em fases sistemáticas, abrangendo preparação, coleta, análise e documentação de dados. Na primeira fase, foi realizada a preparação dos dados com base em revisão de bibliografia científica relevante no Google Acadêmico, fundamentando o estudo de caso em conexão com os conceitos de estratégias municipais, serviços públicos e cidade digital estratégica, concretizando-se a afiliação teórica de investigação (MARZI *et al.*, 2024; RAGIN, 2009). Na segunda fase, foi realizada a coleta ou levantamento de dados, etapa essencial do projeto de pesquisa, que reuniu informações sobre esses conceitos sendo aplicados em Campo Largo e, para sua veracidade, foram consultadas fontes oficiais da prefeitura do município. Na terceira fase foi realizado um procedimento de análise dos dados, fundamentada em técnicas mistas, que possibilitou a análise de todas as informações procedentes do estudo de caso incluída uma análise SWOT voltada à gestão do município em questão (MENDES *et al.*, 2024; NAEEM *et al.*, 2024; SÁ *et al.*, 2025). Nessa fase o processo organizou, comparou e integrou variáveis, gerando *insights* para o planejamento urbano (PASQUOTTO, 2025; SILVA; MIRANDA; VASCONCELOS, 2025). Na quarta fase, os dados do mapeamento geotécnico foram registrados e analisados, incluindo características do solo, estabilidade das áreas e tipos de relevo que impactam o desenvolvimento urbano (TOBOSO-CHAVERO *et al.*, 2024). Essa análise permitiu compreender o papel do planejamento urbano e das estratégias municipais no contexto da CDE, identificando as áreas adequadas à expansão urbana e infraestrutura com foco em localização, condição e sustentabilidade (ROUSSEAU, 2024; CRIADO; ALCAIDE-MUÑOZ; LIARTE, 2023; NAEEM *et al.*, 2023).

Dessa forma, a abrangência da pesquisa considerou as variáveis, o contexto e os grupos envolvidos, assegurando precisão metodológica e resultados confiáveis (GIBBERT; RUIGROK, 2010; TAKAHASHI; ARAUJO, 2010). A unidade de observação da pesquisa correspondeu às estratégias e os serviços públicos no contexto da CDE, constituindo etapa fundamental para assegurar a representatividade analítica. A coleta de dados baseou-se em fontes bibliográficas oficiais, incluindo sites institucionais, legislações e relatórios técnicos. A análise concentrou-se em políticas voltadas à sustentabilidade, segurança e acessibilidade, considerando sua relevância para a oferta de serviços essenciais à população (IBGE, 2022).

Para a realização da análise dos dados da pesquisa, foi adotado um protocolo metodológico de natureza exploratório e descritivo, baseado em dois constructos e seis variáveis, como dados primários (FARQUHAR; MICHELS; ROBSON, 2020; GUERRA, 2022). O primeiro constructo está relacionado



às *estratégias municipais* e compreende, por sua vez, três variáveis: o nome da estratégia municipal, o nome da temática municipal e a fonte da estratégia municipal. O segundo constructo, denominado *serviços públicos com tecnologia de informação*, também consta de três variáveis de operação: o nome do serviço público, o nome da temática municipal e a fonte municipal do serviço público. Esses dois constructos e suas respectivas variáveis foram estruturados com o objetivo de organizar e analisar as informações de forma clara e sistemática, facilitando a avaliação das relações entre as estratégias municipais e sua implementação por meio de serviços públicos tecnológicos na cidade (REZENDE, 2024; Yin, 2018). Finalmente, o período da pesquisa compreendeu de agosto/2024 a janeiro/2025.

Caracterização socioespacial do município de Campo Largo

Campo Largo é um município localizado no estado do Paraná, Brasil, sendo fundada oficialmente em 23 de fevereiro de 1871, após ser desmembrado de Curitiba pela Lei Estadual nº 219 de 2 de abril de 1870. Conhecido por sua tradição na produção de cerâmica, o município possui uma economia diversificada que inclui agricultura, indústria e comércio local. A cidade se destaca pela sua infraestrutura em constante desenvolvimento, com investimentos em áreas como saúde, educação e mobilidade urbana. Além disso, o município é um importante polo regional, com um crescimento populacional estável e um forte foco em sustentabilidade e qualidade de vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, 2024). A proximidade com Curitiba contribui para a integração econômica e social, assim como com outras cidades da região metropolitana de Curitiba.

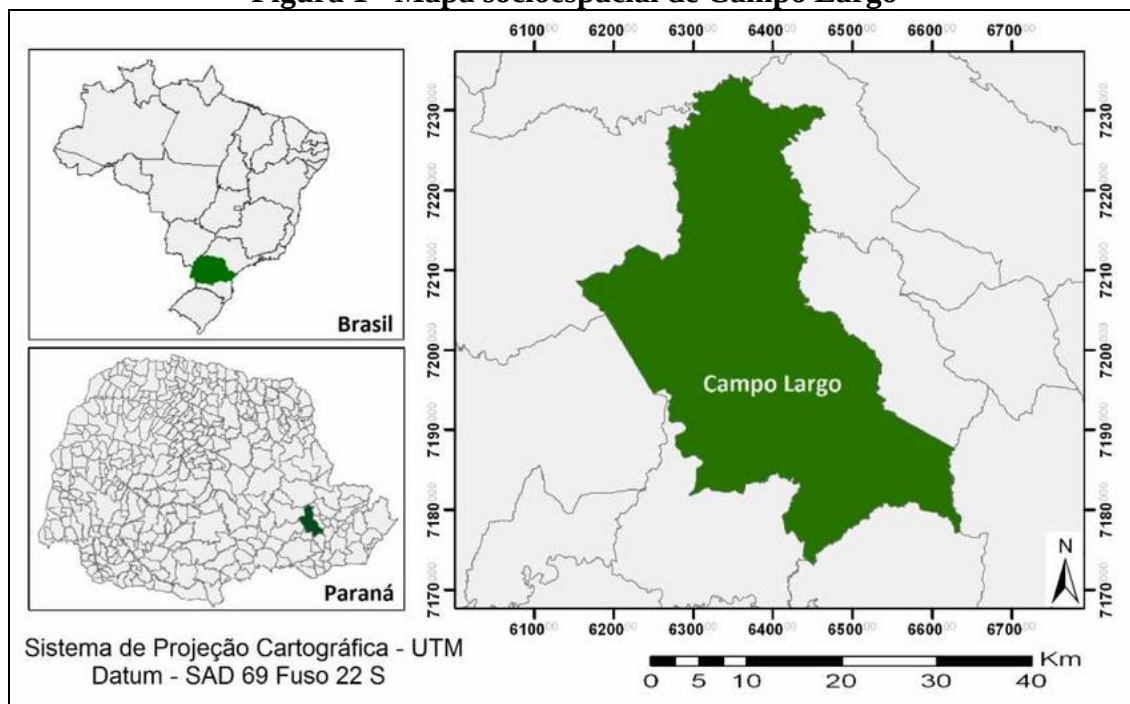
Campo Largo tem uma área de 1.243,787 km² e está estrategicamente localizado a cerca de 45 quilômetros de Curitiba, com coordenadas geográficas de 25° 47' 24" S e 49° 47' 32" W como apresentado na figura 1. Esse posicionamento geográfico coloca o município como uma importante área de conexão entre a capital e o interior do estado, o que favorece o comércio e o transporte. Os limites de Campo Largo são com os municípios de Araucária, Ponta Grossa, Quitandinha, Bocaiúva do Sul e Curitiba, formando uma região com grande relevância logística e estratégica no Paraná. A cidade também se beneficia de sua posição dentro da bacia do Rio Iguaçu, o que garante a presença de importantes recursos hídricos na região, fundamentais para a agricultura e para o abastecimento da população (IBGE, 2022).

Campo Largo localiza-se no Primeiro Planalto Paranaense, com clima subtropical. Destaca-se pela economia diversificada nos setores cerâmico, metalúrgico e agroindustrial, além de investimentos em infraestrutura e planejamento urbano para mobilidade e crescimento sustentável. Suas áreas de preservação, como o Parque Cambuí e a Represa do Passaúna, contribuem para a conservação ambiental



e o lazer da população. Com um PIB per capita de R\$ 50.345,00, é um dos municípios economicamente mais relevantes do estado, beneficiando-se da proximidade com Curitiba para impulsionar seu desenvolvimento (IBGE, 2021).

Figura 1 - Mapa socioespacial de Campo Largo



Fonte: IBGE (2022).

O perfil demográfico do município é predominantemente jovem, favorecendo o dinamismo econômico e social. A taxa de escolarização de crianças entre 6 e 14 anos era de 97,7% em 2010, e colocava o município de Campo Largo entre os melhores do estado em cobertura escolar da época (IBGE, 2010). Em 2023, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi de 6,9 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental, refletindo o compromisso do município com a qualidade da educação nacional (IBGE, 2023). Campo Largo apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 42.257,57, ocupando a 159ª posição no estado e a 1311ª no ranking nacional (IBGE, 2021). A cidade é reconhecida como a “Capital da Louça”, devido à forte presença da indústria cerâmica e de porcelanato, abrigando diversas empresas. Esses empreendimentos têm relevância na geração de emprego, renda e exportações. Além da indústria, o setor agrícola é expressivo, com destaque para a produção de grãos e hortifrúti que abastecem o mercado local e regional (IBGE, 2022). Dessa maneira, o município de Campo Largo foi selecionado como estudo de caso por reunir condições estruturais favoráveis, dados integrados e acessíveis, além de um contexto singular que possibilita uma análise aprofundada (RIDDER; HOON; BALUCH, 2014; YIN, 2018). A disponibilidade de dados abertos



fortalece a justificativa metodológica, alinhando-se às recomendações da literatura especializada (CHIGWADA, 2022; MENDES *et al.*, 2024; ROTH *et al.*, 2020).

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Análise de Estratégias Municipais

Análise do nome de estratégias municipais

Foram identificadas 246 estratégias municipais em Campo Largo. Os nomes das estratégias fornecem informações sobre as metas e objetivos de cada iniciativa. Ao examinar os nomes das estratégias de Campo Largo, pode-se observar que existem estratégias específicas, como a Criação do parque Passaúna e a Revitalização da pista de *Skate*, enquanto outras são mais amplas, como a Mapeamento e fiscalização de terrenos baldios e a Melhorias na iluminação pública, que abrangem um escopo maior. Os nomes também indicam o alcance geográfico de cada estratégia. Por exemplo, a Construção do Mercado Público Municipal, com foco na área central do município, abrange uma região mais restrita, enquanto a Urbanização e asfalto cobre um território mais amplo, estendendo-se para áreas rurais e periféricas do município. Além disso, algumas estratégias são direcionadas a grupos específicos dentro da sociedade, como o Controle de Qualidade no Atendimento da Saúde e a estratégia de programas de prevenção de depressão, insônia e ansiedade, que se concentram em ações para a juventude e para populações vulneráveis, respectivamente. Também há nomes de estratégias que indicam um prazo de implementação e uma visão futura. Por exemplo, a Estratégia da Cidade Inovadora de Campo Largo 2030 têm prazo claramente estabelecido, enquanto a Estratégia para Revitalização do parque Newton Puppi oferece uma visão de longo prazo para o setor cultural da cidade. Os nomes das estratégias não apenas descrevem os objetivos, mas também fornecem uma perspectiva temporal e geográfica que orienta sua execução.

A cidade de Campo Largo, tem se destacado como um modelo de implementação de estratégias municipais alinhadas ao conceito de cidade digital estratégica (CDE). Essa abordagem busca integrar tecnologia e governança para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a qualidade de vida dos cidadãos. A análise do “nome de estratégias municipais” está diretamente ligada às iniciativas que promovem conectividade e inovação em políticas públicas, ao abordar a Lei Federal nº 14.129/2021, que estabelece diretrizes para o governo digital no Brasil. No caso de Campo Largo, as estratégias municipais têm como foco principal a digitalização de serviços públicos e o uso de ferramentas



tecnológicas para promover transparência e acessibilidade. O projeto de cidade digital estratégica não apenas utiliza tecnologia, mas também prioriza o planejamento urbano e a inclusão social, elementos evidentes nas ações implementadas no município. Esse planejamento permite que Campo Largo avance em direção à transformação digital, conectando serviços como saúde, educação e transporte por meio de plataformas digitais.

A marca territorial é um elemento crucial no desenvolvimento de uma cidade digital estratégica. Em Campo Largo, a construção de uma identidade digital sólida tem sido acompanhada por esforços em consolidar sua imagem como um município inovador e sustentável. Esses esforços incluem iniciativas como a criação de portais digitais, que facilitam o acesso a informações e serviços, alinhados à proposta de uma governança pública mais eficiente e participativa. Além disso, a adoção de tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT) em serviços públicos tem sido uma das estratégias-chave do município. O uso da IoT em cidade digital estratégica potencializa a conectividade e melhora a prestação de serviços públicos. Campo Largo exemplifica essa prática ao integrar sensores inteligentes para monitoramento de tráfego e consumo de energia, promovendo assim a sustentabilidade e a eficiência energética.

Em síntese, as estratégias municipais de Campo Largo refletem uma abordagem integrada e digital, com foco em inovação e desenvolvimento sustentável. Essas ações não apenas modernizam os serviços públicos, mas também fortalecem o papel do município como líder regional na implementação de práticas de cidade digital estratégica.

Análise do nome das temáticas municipais

Das 246 estratégias aferidas, é possível analisar que cada estratégia está inserida em uma temática única, onde para cada temática é possível validar que do total das temáticas analisadas a Ciência e Tecnologia representa 1,22%, a do Comércio 0,41%, a da Cultura representa 2,03%, a de Divulgação ou Marketing 2,82%, a de Educação 4,07%, a de Esporte 0,41%, a de Governo 0,41%, a de Habitação 0,41%, a de Obras 2,44%, a de Planejamento 76,42%, a de Saúde 7,32%, a de Segurança 1,63% e a Social 0,41%, do total das estratégias analisadas. Os nomes das temáticas municipais da cidade de Campo Largo refletem as preocupações e prioridades para o desenvolvimento sustentável da cidade em que é possível validar que a temática de Planejamento é predominante com relação às demais temáticas.

As estratégias municipais voltadas para a modernização dos serviços públicos em Campo Largo, Paraná, estão alinhadas ao conceito de CDE, que busca integrar tecnologia, governança e inclusão



social. Novamente, a cidade ao adotar medidas inovadoras, reflete os preceitos da Lei Federal n.º 14.129/2021, que estabelece diretrizes para o Governo Digital no Brasil. Essa legislação promove um ambiente normativo para o desenvolvimento de políticas públicas digitais, fortalecendo a eficiência dos serviços públicos.

A escolha temática em Campo Largo centrada na digitalização estratégica evidencia a preocupação com a modernização das interações entre governo e sociedade. A implementação de tecnologias urbanas deve priorizar a democratização dos serviços e a transparência das gestões locais, o que é essencial para cidades de médio porte, como é o caso de Campo Largo. Além disso, a visão estratégica da cidade digital deve ir além da infraestrutura tecnológica, integrando políticas que valorizem o cidadão como protagonista.

Ao adotar o conceito de CDE, Campo Largo busca não apenas implementar soluções tecnológicas, mas também promover uma gestão participativa e inclusiva. Os municípios que integram suas políticas públicas com estratégias digitais conseguem enfrentar desafios urbanos contemporâneos, como a desigualdade de acesso a serviços essenciais. Esse movimento é evidente em Campo Largo, com iniciativas que incluem conectividade ampliada, transparência nas plataformas públicas e integração dos sistemas municipais.

Portanto, o nome das temáticas municipais reflete a transição de Campo Largo para um modelo de governança digital centrado na eficiência, na inclusão e na sustentabilidade urbana, alinhando-se às diretrizes nacionais e aos desafios locais.

Análise da fonte das estratégias municipais

As fontes examinadas revelam diversas estratégias municipais da cidade de Campo Largo, com destaque para algumas iniciativas fundamentais. O site da cidade contempla o planejamento estratégico da cidade, o qual deixa evidente o papel central no desenvolvimento de políticas e estratégias em áreas-chave, como habitação, transporte, saúde, meio ambiente, economia e comunidades. Sua importância é refletida na frequência com que é mencionada nas fontes analisadas, evidenciando seu papel crucial na definição das estratégias municipais da região.

A análise da fonte da estratégia adotada em Campo Largo destaca a interação entre as políticas públicas municipais e a implementação do projeto de CDE. O município incorporou elementos da Lei Federal nº 14.129/2021 que estabelece diretrizes para um governo digital, visando integrar tecnologias urbanas à gestão pública. Essa legislação funciona como um pilar para a criação de plataformas que conectam cidadãos aos serviços públicos, promovendo transparência e eficiência na administração local.



Em Campo Largo, o projeto de CDE não se limita à informatização de processos pois integra a gestão urbana a partir de um modelo que conecta serviços essenciais, como saúde e educação, por meio da IoT. Essa abordagem permite não apenas uma melhor gestão de recursos, mas também a inclusão digital de seus cidadãos, fomentando maior participação social e reduzindo desigualdades no acesso aos serviços públicos.

Além disso, a estratégia de Campo Largo reflete o conceito de cidades inteligentes, em que a tecnologia serve como uma ferramenta para fortalecer a governança e promover a sustentabilidade. Ao adotar um planejamento digital integrado, o município reforça a ideia de que as estratégias municipais contemporâneas devem equilibrar inovação tecnológica com valores democráticos e sociais da comunidade.

Análise de Serviços Públicos com Tecnologia da Informação

Análise do nome dos serviços públicos com tecnologia da informação

A análise identificou 162 serviços no total. Os serviços públicos com tecnologia de informação da cidade de Campo Largo apresentam uma variedade de serviços que atendem às necessidades dos cidadãos, assim como empresas da região. Esses serviços incluem coleta de lixo ou solicitação de ampliação de coleta, emissão de licenças e alvarás, imposto municipal e contas, estudos em tecnologia e inovação, serviços de direito comercial e empresarial, serviços culturais, escolas e aprendizado, poluição, obras, bem-estar, além de informações sobre transporte público e eventos na cidade. A plataforma também permite que os residentes enviem relatórios sobre problemas ou acontecimento pontuais, como buracos nas ruas, luzes queimadas e lixo acumulado.

A implementação de estratégias digitais em Campo Largo, reflete a adoção de práticas contemporâneas voltadas à eficiência dos serviços públicos municipais. Sob a perspectiva de uma CDE, iniciativas como o “Campo Largo Digital” têm impulsionado a integração tecnológica nos serviços oferecidos à população. Este avanço é alinhado à Lei Federal nº 14.129/2021 que fomenta a transformação digital em governos locais, promovendo a eficiência, a acessibilidade e a transparência na gestão pública.

O nome do serviço municipal carrega uma forte marca territorial, destacando a relevância da identidade local no contexto de cidades digitais. Além disso, a denominação reflete uma abordagem orientada à inovação e conecta-se com a necessidade de aprimorar a oferta de serviços públicos por meio de tecnologias emergentes, como a IoT e ferramentas de análise de dados.



Em Campo Largo, a digitalização de processos administrativos e a criação de plataformas integradas ampliaram a interação entre governo e cidadãos, consolidando a coprodução de serviços públicos como um dever compartilhado. A análise do nome do serviço, portanto, demonstra a sinergia entre identidade territorial e estratégias digitais, reforçando o papel da cidade como um modelo transformador no contexto urbano-regional.

Análise do nome das temáticas municipais dos serviços públicos com tecnologia da informação

O município de Campo Largo apresenta áreas de interesse para a gestão da cidade e a melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Foram encontradas 16 temáticas de serviços, das quais Ciência e Tecnologia representa 15,43%, Comercio 0,62%, Cultural 0,62%, Divulgação ou Marketing 3,70%, Economia 6,17%, Esporte 0,62%, Governo 6,17%, Jurídico Legal 4,32%, Laser 4,32%, Meio Ambiente 2,47%, Obras 11,73%, Planejamento 14,20%, Saneamento 0,62%, Saúde 1,23%, Segurança 10,49% e Serviço Municipal 17,28%, do total. Sendo assim, é possível validar que as temáticas Ciência e Tecnologia, Obras, Planejamento, Segurança e Serviços Municipais se destacaram referente ao total. Ademais, as temáticas municipais de Campo Largo cobrem tópicos relacionados com a gestão da cidade, desenvolvimento econômico, bem-estar social e segurança, sendo elas definidas em:

- *Ciência e Tecnologia*: incentiva inovação e desenvolvimento tecnológico, capacitando empresas e cidadãos em áreas como saúde, educação e segurança pública.
- *Comércio*: políticas para promover economia local, empreendedorismo e parcerias internacionais para expandir oportunidades de negócios.
- *Cultural*: valoriza e promove a cultura local, preservando patrimônio histórico e apoiando manifestações artísticas inclusivas.
- *Divulgação ou Marketing*: estratégias de comunicação para promover a imagem pública, destacando aspectos positivos e iniciativas da região.
- *Economia*: desenvolve atividades econômicas locais sustentáveis, gerando empregos e atraindo investimentos para fortalecer a infraestrutura econômica.
- *Esporte*: promove a atividade física, bem-estar e integração social por meio do esporte e lazer.
- *Governo*: gestão pública eficaz, com políticas transparentes e serviços essenciais para a população.
- *Jurídico Legal*: garante acesso à justiça e proteção dos direitos individuais e coletivos por meio de serviços jurídicos.
- *Lazer*: oferece opções de entretenimento e recreação para promover o bem-estar e integração social.
- *Meio ambiente e sustentabilidade*: protege recursos naturais, implementando políticas de sustentabilidade e conservação.
- *Obras*: melhora e expande infraestrutura urbana, incluindo construção e manutenção de espaços públicos.



- *Planejamento*: organiza desenvolvimento urbano estratégico para crescimento ordenado e sustentável.
- *Saneamento*: foca em serviços básicos como água potável e tratamento de esgoto para melhorar condições sanitárias.
- *Saúde*: oferece serviços médicos de qualidade, prevenção de doenças e promoção do bem-estar.
- *Segurança*: monitora e garante a ordem pública, com medidas preventivas para reduzir crimes e proteger os cidadãos.
- *Serviço municipal*: providencia serviços essenciais como o transporte público e a coleta de lixo para melhorar na qualidade de vida urbana.

Análise da fonte municipal para os serviços públicos com tecnologia da informação

Os serviços públicos baseados em tecnologia disponibilizam uma ampla gama de informações e funcionalidades *online* para facilitar o acesso dos cidadãos a políticas públicas e programas governamentais. As plataformas digitais oficiais oferecem conteúdos sobre transporte, segurança, meio ambiente, turismo e cultura, além de permitir a realização de procedimentos administrativos, como solicitação de licenças, pagamentos e tributos. Esses canais digitais proporcionam maior transparência e eficiência na comunicação entre os cidadãos e o governo, possibilitando a consulta de informações detalhadas e o uso de ferramentas interativas, como mapas e sistemas de busca que auxiliam ao acesso a serviços específicos. Além disso, permitem a solicitação de benefícios, o envio de reclamações e a obtenção de permissões de maneira simplificada.

O uso de canais oficiais, como e-mails institucionais, fortalece a comunicação direta entre a população e as autoridades, contribuindo para a resolução ágil de demandas. A aplicação da tecnologia na administração pública melhora a acessibilidade, otimiza processos e promove maior eficiência na prestação de serviços essenciais à comunidade.

A denominação de recurso tecnológico em Campo Largo como “*Plataforma Digital de Serviços Públicos*” traduz a intenção de facilitar o acesso dos cidadãos a serviços essenciais, como saúde, educação e mobilidade urbana. Essa estratégia demonstra a relevância da governança pública digital para a eficiência e transparência administrativa. Além disso, o modelo de prestação de serviços conectados pela IoT possibilita maior conectividade e interação em tempo real.

Dessa maneira, as tecnologias urbanas devem priorizar a inclusão social e a democracia participativa, algo central nas estratégias municipais de Campo Largo. Em paralelo, a escolha de um “rótulo” que enfatize esses aspectos contribui para a identidade digital da cidade e a consolidação de um modelo sustentável e inovador.



Análise SWOT do caso de Campo Largo

A seguir, apresenta-se uma análise crítica dos principais achados do caso de Campo Largo no contexto da cidade digital estratégica, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1 - Matriz SWOT – Campo Largo

Ambiente interno	Ambiente externo
<i>Forças</i>	<i>Oportunidades</i>
Robustez do planejamento estratégico – com 246 estratégias mapeadas, Campo Largo se destaca pela capacidade de planejamento formalizado em áreas como mobilidade, saúde, meio ambiente e inovação; Oferta diversificada de 162 serviços públicos digitais – Desde a emissão de alvarás até serviços de denúncia e monitoramento urbano, a digitalização alcança diversas áreas, aumentando o acesso da população; Adoção da Lei 14.129/2021 – A municipalização das diretrizes nacionais de governo digital legitima a transformação digital em nível local, dando segurança jurídica às ações desenvolvidas; Aplicação de tecnologias emergentes (IoT) – Integração de sensores para iluminação pública, controle de tráfego e segurança mostra uma gestão baseada em dados reais do ambiente urbano; Consolidação da marca territorial digital – Campo Largo tem promovido a imagem de cidade inovadora, o que potencializa a atração de investimentos e parcerias	Ampliação de Políticas Nacionais para cidades inteligentes e digitais – A agenda federal de cidades inteligentes pode trazer mais recursos e reconhecimento para Campo Largo; Fortalecimento de parcerias com Universidades orientadas a iniciativas de inovação – O ambiente acadêmico regional oferece capacidade técnica e científica para impulsionar soluções locais; Expansão das tecnologias para áreas Ambientais, Habitacionais e Econômicas – O modelo digital pode ser replicado para outras áreas ainda não plenamente integradas, como habitação e meio ambiente; Adoção de políticas de participação digital expandida – O aprimoramento das plataformas de participação pode ampliar o controle social e a legitimidade das ações públicas; Posicionamento como referência regional em transformação digital – O sucesso em Campo Largo pode servir como modelo para municípios vizinhos, consolidando a liderança na região metropolitana de Curitiba
<i>Fraquezas</i>	<i>Ameaças</i>
Concentração estratégica em planejamento urbano (76,42%) – A baixa distribuição temática mostra desequilíbrios em áreas como cultura, esporte e assistência social, pouco evidentes no conteúdo das estratégias; Fragmentação de sistemas e dados – A ausência de uma plataforma única para integrar serviços e informações prejudica a experiência do usuário e a eficiência administrativa; Dependência de financiamento externo e parcerias – A fragilidade financeira limita a autonomia municipal para manter as inovações implementadas; Risco de exclusão digital de grupos vulneráveis – O avanço tecnológico não tem sido acompanhado de políticas robustas de inclusão digital para a população sem acesso pleno a internet; Resistência Institucional à inovação – Parte da gestão ainda adota práticas burocráticas e reativas, atrasando a modernização em setores fundamentais da administração pública	Obsolescência tecnológica rápida – O ritmo acelerado da inovação tecnológica pode tornar obsoletos os sistemas e os equipamentos em pouco tempo; Vulnerabilidades em cibersegurança e proteção de dados – A falta de políticas robustas de segurança da informação expõe o município a riscos legais e operacionais; Desigualdade de acesso às tecnologias – Barreiras socioeconômicas e territoriais podem ampliar o abismo digital, contrariando os princípios de equidade social; Riscos de descontinuidade política e administrativa – Mudanças de gestão podem paralisar ou alterar os rumos das estratégias digitais implementadas; Dependência de soluções privadas – O uso de plataformas fechadas pode gerar custos recorrentes e limitar a independência tecnológica da gestão pública.

Fonte: Elaboração própria.

Análise crítica da dimensão FORÇAS

O planejamento estratégico do município de Campo Largo evidencia maturidade institucional ao formalizar 246 iniciativas estruturadas com base em diretrizes objetivas e na Lei Federal nº 14.129/2021, que assegura respaldo jurídico à implementação do governo digital. Tal fundamentação confere legitimidade à digitalização dos serviços e promove maior transparência, eficiência administrativa e segurança pública. Por outro lado, a oferta de 162 serviços públicos digitais, como emissão de documentos, agendamentos e monitoramento urbano, revela um ecossistema digital consolidado, voltado à desburocratização e à melhoria da experiência do cidadão. A adoção de



tecnologias emergentes, como a Internet das Coisas (IoT) em áreas como iluminação, mobilidade e segurança, amplia a capacidade decisória da gestão com base em dados em tempo real, aproximando Campo Largo de um modelo de cidade digital estratégica. Por fim, a construção de uma marca territorial digital fortalece a posição estratégica do município na Região Metropolitana de Curitiba, potencializando a atração de investimentos, *startups*, instituições acadêmicas e parcerias público-privadas, em um ambiente propício à inovação e ao desenvolvimento sustentável.

Análise crítica da dimensão OPORTUNIDADES

O alinhamento estratégico de Campo Largo com políticas públicas nacionais e estaduais voltadas às cidades digitais representa uma oportunidade concreta de captação de recursos financeiros e tecnológicos. Esse contexto favorece o fortalecimento da infraestrutura digital e a ampliação de soluções inovadoras mediante parcerias entre instituições diversas. A proximidade com universidades e centros tecnológicos da região metropolitana de Curitiba amplia o potencial de cooperação para pesquisa aplicada, desenvolvimento de tecnologias públicas e estímulo à economia do conhecimento, gerando soluções personalizadas e novos empreendimentos tecnológicos. A expansão da digitalização para áreas como gestão ambiental, habitacional e desenvolvimento econômico local pode replicar o modelo de sucesso adotado nos serviços administrativos, promovendo assim um ambiente urbano mais sustentável e inteligente. Simultaneamente, o uso de plataformas digitais para a participação cidadã contribui para o fortalecimento da governança participativa, da transparência institucional e do controle social. Dessa maneira, Campo Largo consolida seu protagonismo regional como referência em inovação digital e em cidade inteligente.

Análise crítica da dimensão FRAQUEZAS

Apesar do expressivo número de estratégias mapeadas, 76,42% das ações se concentram na área de planejamento urbano, em detrimento de setores como cultura, esporte, lazer e assistência social. Esse desequilíbrio compromete a abordagem integrada do desenvolvimento urbano e limita o potencial inclusivo do projeto de cidade digital estratégica. Outra fragilidade relevante é a fragmentação dos sistemas municipais, decorrente da ausência de uma plataforma integrada de gestão. Essa desarticulação dificulta tanto a operação administrativa quanto o acesso dos cidadãos, impedindo o uso eficaz da inteligência de dados e a formulação de diagnósticos sistêmicos. A dependência de financiamentos externos e parcerias para a manutenção das soluções digitais representa um risco à continuidade das



inovações, especialmente em momentos de crise fiscal ou mudança de governo. Além disso, a ausência de um plano financeiro sustentável compromete a continuidade das políticas digitais. Por fim, os desafios persistentes de inclusão digital e a resistência institucional à inovação indicam a necessidade de superar barreiras sociotecnológicas e promover transformações organizacionais, sob pena de aprofundar desigualdades e restringir o alcance democrático das ferramentas digitais.

Análise crítica da dimensão AMEAÇAS

A obsolescência tecnológica emerge como uma ameaça concreta em um cenário de rápida evolução digital, exigindo atualizações contínuas, sob pena de tornar ineficazes ou inseguras as soluções implementadas. A ausência de políticas robustas de cibersegurança e proteção de dados expõe o município a riscos legais, financeiros e de reputação, diante do aumento no volume de informações sensíveis. A exclusão digital também representa um desafio estrutural, sobretudo para populações vulneráveis e regiões com baixa conectividade, podendo acentuar desigualdades e comprometer o princípio de universalidade dos serviços públicos. Sem políticas inclusivas, a digitalização tende a reforçar as barreiras sociais existentes. Adicionalmente, a descontinuidade política ameaça a sustentabilidade das políticas digitais, pois mudanças de gestão podem interromper iniciativas em andamento. A dependência de soluções privadas agrava essa vulnerabilidade, restringindo a autonomia municipal e elevando os custos de manutenção e de atualização tecnológica.

RESULTADOS AUFERIDOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso realizado em Campo Largo, Paraná, permitiu a identificação de avanços na implementação de estratégias municipais alinhadas à transformação digital, evidenciando-se relações entre as políticas adotadas, os serviços públicos municipais e o conceito de cidade digital estratégica (CDE). A análise dos dados obtidos revelou que a digitalização tem sido um elemento central na modernização da administração pública desse município, melhorando a eficiência dos serviços e o fortalecimento de sua governança municipal. Outras investigações fundamentadas em casos concretos, tanto nacionais quanto internacionais, evidenciaram essa pertinência e a aplicabilidade de implementação de tecnologias no âmbito dos serviços públicos locais (BEVILACQUA *et al.*, 2022; FROM, REZENDE, QUINTANA, 2025; IAIONE; NICTOLIS; SUMAN, 2019).

A correlação entre estratégias e serviços públicos reforça a hipótese de que um planejamento digital estruturado pode aprimorar a gestão municipal e, conseqüentemente, ampliar o acesso da



população a serviços essenciais, conforme sugerido pela literatura recente (BRYSON; EDWARDS; VAN SLYKE, 2018; BRADY, CHASKIN; MCGREGOR, 2020). Como evidencia deste estudo de caso, as estratégias municipais de Campo Largo foram organizadas para garantir a implementação de políticas públicas eficazes, proporcionando inovação nos serviços públicos e ampliando a conectividade entre cidadãos e governo local. Outros investigadores procederam ao registo e à análise prévios, tendo concluído que a integração tecnológica, a governança e a participação cívica são componentes fundamentais para o êxito de iniciativas em planeamento urbano, considerando-se ainda os critérios como a privacidade, a segurança e a interoperabilidade entre os sistemas diversos dos municípios e regiões (BECKER, 2019; PORWOL; OJO; BRESLIN, 2019; RITZI, 2023).

A pesquisa de campo, por sua vez, verificou que o município tem estruturado 246 estratégias municipais que se relacionam diretamente com a oferta de 162 serviços públicos apoiados pela tecnologia da informação, confirmando uma abordagem integrada na construção de um projeto em CDE. Entre os principais avanços, destacam-se a implementação de plataformas digitais que facilitam o acesso a serviços públicos, como emissão de documentos, agendamento de atendimentos e solicitação de serviços urbanos. Assim como a integração da Internet das Coisas (IoT) em áreas como segurança, mobilidade e iluminação pública, permitindo a otimização na utilização dos recursos municipais e o desenvolvimento de respostas mais ágeis às demandas dos cidadãos. As relações entre os serviços públicos digitais e as estratégias municipais tornou-se então um mecanismo essencial para consolidar Campo Largo como referência de processos de digitalização na administração pública local e regional.

Por outro lado, os dados também demonstram que o município investiu na transparência e participação cidadã por meio de portais digitais que ampliaram o acesso às informações públicas e que incentivaram ademais a colaboração da população no processo de gestão urbana. A governança digital, fundamentada na Lei Federal nº 14.129/2021, consolidou um modelo de gestão mais eficiente e responsivo, permitindo que os cidadãos interajam de maneira simplificada com os serviços públicos e acompanhem a implementação de políticas públicas (CEPIKU; COSTUMATO; MASTRODASCIO, 2024; MARRUFO; SALVADOR, 2024; RAVŠELJ *et al.*, 2022).

O processo de digitalização, por sua vez, tem impactado positivamente as temáticas educação e saúde pública de Campo Largo. O estudo revelou que o município adotou ferramentas tecnológicas para aprimorar a gestão de escolas municipais, incluindo plataformas de ensino a distância e sistemas para acompanhamento da frequência e desempenho de alunos. Porém, conforme sustentado por Costa e Guerra (2024), é imprescindível que as plataformas digitais sejam acompanhadas de políticas públicas que assegurem a equidade, a qualidade e a valorização da educação pública, aspecto que não foi identificado no conteúdo das estratégias do município. Em contraste, na área da saúde, o uso de



prontuários eletrônicos e agendamentos *online* tem contribuído para reduzir burocracias e melhorar a eficiência nos atendimentos.

Para a temática em *Mobilidade Urbana*, os dados indicaram que Campo Largo integrou tecnologias emergentes, como sensores para monitoramento do trânsito e sistemas inteligentes de transporte público garantindo maior fluidez no tráfego e otimizando assim os deslocamentos. A análise revelou que a adoção de tecnologias possibilita a criação de serviços mais sustentáveis, contribuindo à redução de impactos ambientais e à promoção de um processo de urbanização mais equilibrado (ALHABAIBEH; YASEEN; NWEKE, 2023; REZENDE; ALMEIDA; FUMAGALLI, 2024). A análise da temática *Ciência e Tecnologia* pôde constatar que o município estabeleceu parcerias público-privadas para impulsionar o desenvolvimento tecnológico viabilizando projetos inovadores e superando barreiras financeiras e operacionais. Essas parcerias têm se apresentado fundamentais para viabilizar a implementação de soluções tecnológicas em diversas temáticas das cidades incluindo segurança pública, gestão ambiental e planejamento urbano (ILHAMI; MARLOVIA; ACHMAD, 2022; JANSSEN; VAN DEN BERG, 2022).

Por fim, a relação entre estratégias municipais, serviços públicos digitais e o conceito de cidade digital estratégica ficou evidente na maneira como Campo Largo conseguiu alinhar políticas de inovação à melhoria da infraestrutura urbana. Os dados analisados demonstraram que o município não apenas implementou tecnologias, mas também desenvolveu um modelo de governança que alavancou a sustentabilidade urbana e a inclusão digital. A combinação de estratégias municipais bem estruturadas e serviços tecnológicos eficientes fortaleceram a cidade como referência em planejamento urbano digitalizado e sustentável. Os resultados do estudo de caso reforçam que a digitalização estratégica em Campo Largo não apenas aprimorou a prestação de serviços públicos, mas também gerou impactos positivos na governança municipal, na transparência administrativa e na qualidade de vida da população. Por tanto, as implicações da pesquisa sugerem que o projeto em cidade digital estratégica (CDE), quando estruturado de maneira planejada e integrada, pode ser um instrumento fundamental para promover a modernização da gestão pública e a sustentabilidade no desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida sobre as estratégias municipais e os serviços públicos apoiados pela tecnologia da informação no contexto da cidade digital estratégica reflete a crescente necessidade de modernização da gestão urbana diante os desafios impostos pela urbanização acelerada e pela transformação digital. O estudo de caso em Campo Largo demonstrou como a integração de tecnologia à



administração pública não apenas aprimora a eficiência dos serviços oferecidos à população, mas também fortalece a governança ao promover transparência, participação cidadã e sustentabilidade. O conceito de cidade digital estratégica destaca-se como uma abordagem inovadora que utiliza a digitalização para promover ambientes urbanos mais inteligentes, inclusivos e responsivos, garantindo que as estratégias municipais sejam formuladas com base em informações precisas e alinhadas às necessidades reais da sociedade. A pesquisa evidencia que a adoção de soluções digitais na gestão municipal vai além da informatização e automatização de processos, representando um novo paradigma de governança pública, em que os recursos tecnológicos se tornam um meio estratégico para impulsionar o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida em centros urbanos. Assim, a experiência de Campo Largo serve como um exemplo dos benefícios e desafios da implementação do projeto de cidade digital estratégica, contribuindo para a reflexão sobre o futuro das cidades e a importância de um planejamento urbano participativo.

O objetivo de analisar as estratégias municipais e os serviços públicos no contexto da cidade digital estratégica com foco no município de Campo Largo foi alcançado, por meio da revisão de fontes bibliográficas e documentais, além da aplicação de um protocolo de pesquisa que permitiu a organização e a análise sistemática das informações sobre as principais iniciativas municipais.

Os resultados auferidos demonstraram que Campo Largo avançou na digitalização dos serviços públicos, promovendo maior acessibilidade, transparência administrativa e eficiência na sua gestão municipal. As temáticas abordadas nas iniciativas municipais refletem preocupações contemporâneas em assuntos como: sustentabilidade, inclusão digital e fortalecimento da governança. Elementos como o uso de plataformas digitais integradas e a Internet das Coisas (IoT) foram identificados como ferramentas estratégicas na modernização de processos administrativos e na ampliação da interação dos cidadãos com o governo local.

As contribuições da pesquisa estão direcionadas para a compreensão das relações entre as estratégias municipais, os serviços públicos e a implementação do projeto em cidade digital estratégica, com *insights* fornecidos pelo caso do município de Campo Largo, Paraná. Por meio da análise das estratégias municipais e do uso de tecnologia na prestação de serviços públicos, o estudo demonstra como a digitalização pode otimizar a gestão urbana, promover maior transparência administrativa e participação cidadã. Os resultados evidenciam que a transformação digital não apenas melhorou a eficiência dos serviços públicos, mas também fortaleceu a governança municipal ao permitir a integração de políticas públicas, fomentando a inclusão digital e incentivando a tomada de decisão baseada em dados. Além disso, a pesquisa destacou o papel das tecnologias emergentes, como a IoT, na melhoria da infraestrutura urbana e na conectividade entre governo e sociedade. Ao analisar o caso de



Campo Largo, o estudo reforçou a importância do planejamento estratégico municipal para garantir a sustentabilidade e a inovação nas cidades, tornando-se uma referência para outros municípios que buscam implementar estratégias digitais em sua administração pública.

Entre as limitações da pesquisa, destaca-se o foco exclusivo por meio de um estudo de caso no município de Campo Largo, sem possibilidades de expansão para outras regiões ou contextos nacionais. Ademais, a coleta de dados foi limitada a fontes documentais ou secundárias, não havendo um acompanhamento em campo ou análise longitudinal das iniciativas implementadas. Essa restrição pode ter limitado uma compreensão mais aprofundada sobre os impactos de longo prazo das estratégias analisadas.

A conclusão revela que a existência de estratégias municipais robustas e a oferta de serviços públicos baseados em tecnologia da informação representam elementos centrais para a construção de cidades sustentáveis e resilientes. O caso do município em questão exemplifica como o uso planejado e integrado de recursos tecnológicos transforma a gestão pública em um modelo mais eficiente, transparente e participativo de cidade. Essa abordagem não apenas melhora a eficiência administrativa e a acessibilidade dos serviços públicos, mas também fomenta a inclusão social, a redução de desigualdades e a promoção do desenvolvimento econômico local. A aplicação de tecnologias inovadoras, aliada a políticas inclusivas e investimentos em infraestrutura adequada representam uma via essencial para que cidades de médio porte, como o município de Campo Largo, se posicionem como líderes em sustentabilidade urbana, qualidade de vida e justiça socioambiental. Por fim, a pesquisa reforça a importância de uma governança pública conectada e responsiva, capaz de atender às demandas contemporâneas da sociedade por meio de estratégias digitais efetivas.

REFERÊNCIAS

AL-HABAIBEH, A.; YASEEN, S.; NWEKE, B. “A comparative study of low and high resolution infrared cameras for IoT smart city applications”. **Ain Shams Engineering Journal**, vol. 14, 2023.

BARCAROLLO, F. “Os serviços públicos na evolução do Estado”. **Espaço Jurídico Journal of Law**, vol. 14, n. 2, 2013.

BECKER, D. “The digital citizen 2.0”. **Arbeiten aus Anglistik und Amerikanistik**, vol. 44, 2019.

BEVILACQUA, C. *et al.* “Deinstitutionalization to Community-Based Urban Development: Investigating Accessibility of Urban Systems in Calabria through Network Analytics”. **Sustainability**, vol. 14, 2022.



BRADY, B.; CHASKIN, R. J.; MCGREGOR, C. “Promoting civic and political engagement among marginalized urban youth in three cities: Strategies and challenges”. **Children and Youth Services Review**, vol. 116, 2020.

BRASIL. **Lei n. 14.129, de 29 de março de 2021**. Brasília: Planalto, 2021. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12/04/2025.

BRUNING, C.; GODRI, L.; TAKAHASHI, A. R. W. “Triangulação em Estudos de Caso: incidência, apropriações e mal-entendidos em pesquisas da área de Administração”. **Administração: Ensino e Pesquisa**, vol. 19, n. 2, 2018.

BRYSON, J. M.; EDWARDS, L. H.; VAN SLYKE, D. M. “Getting strategic about strategic planning research”. **Public Management Review**, vol. 20, n. 3, 2018.

CAMPOS, M. A. *et al.* **Smart Cities: transformação digital de cidades**. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2016.

CAMPOS, R. “Concepção política das cidades inteligentes: a experiência smart city Berlin”. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, vol. 6, n. 1, 2017.

CARNEIRO, J. M. B.; GIOSA, L. A.; LEMOS, M. **Gestão municipal no Brasil: modernização, cooperação e humanização**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Brasil, 2021.

CEPIKU, D.; COSTUMATO, L.; MASTRODASCIO, M. “New public administration, equity, justice, and representation in public service delivery”. In: REDDICK, C.G.; DEMIR, T. (eds.). **Handbook of Public Service Delivery**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024.

CHIGWADA, J. “Feasibility of a national open data policy in Zimbabwe”. **Frontiers in Research Metrics and Analytics**, vol. 7, 2022.

CORRALO, G. S. “Planejamento, Desenvolvimento e Governança: Desafios do poder municipal”. **Direito e Desenvolvimento**, vol. 6, n. 11, 2017.

COSTA, R. A. R. A.; GUERRA, M. G. G. V. “Indústria global de educação, Edu-business, Edtechs e os reflexos no campo educacional brasileiro”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 21, n. 62, 2025.

CRIADO, J. I.; ALCAIDE-MUÑOZ, L.; LIARTE, I. “Two decades of public sector innovation: building an analytical framework from a systematic literature review of types, strategies, conditions, and results”. **Public Management Review**, vol. 27, n. 3, 2023.

DOMINGUES, E. P. *et al.* “Organização territorial dos serviços no Brasil: polarização com frágil dispersão”. In: NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (orgs.). **Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

FARQUHAR, J.; MICHELS, N.; ROBSON, J. “Triangulation in industrial qualitative case study research: Widening the scope”. **Industrial Marketing Management**, vol. 87, 2020.

FLORES, C. C.; REZENDE, D. A. “Crowdsourcing Framework Applied to Strategic Digital City Projects”. **Journal of Urban Management**, vol. 11, n. 4, 2022.

FRANKFORT-NACHMIAS, C.; NACHMIAS, D.; DEWAARD, J. **Research Methods in the Social Sciences**. New York: Worth Publishers, 2014.



FROM, D. A.; REZENDE, D. A.; SEQUEIRA, D. F. Q. “IoT-Based Framework for Connected Municipal Public Services in a Strategic Digital City Context”. **IoT**, vol. 6, n. 2, 2025.

FUMAGALLI, L. A. W.; REZENDE, D. A.; GUIMARÃES, T. A. “Data Intelligence in Public Transportation: Sustainable and Equitable Solutions to Urban Modals in Strategic Digital City Subproject”. **Sustainability**, vol. 14, n. 8, 2022.

GIBBERT, M.; RUIGROK, W. “The ‘what’ and ‘how’ of case study rigor: three strategies based on published work”. **Organizational Research Methods**, vol. 13, n. 4, 2010.

GOMES, L. H. *et al.* “Serviços municipais de controle de zoonoses no Estado de São Paulo: diagnóstico situacional”. **Bepa. Boletim Epidemiológico Paulista**, vol. 8, n. 96, 2011.

GREEN, A. E.; ADAM, D.; HASLUCK, C. **Evaluation of phase 1 city strategy**. London: Department for Work and Pensions, 2010.

GUERRA, J. H. L. “Case Study Protocol for Qualitative Research in Operations Management”. **Revista de Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia**, vol. 8, n. 1, 2022.

IAIONE, C.; NICTOLIS, E. de; SUMAN, A. B. “The internet of humans (IoH): Human rights and co-governance to achieve tech justice in the city”. **Law Ethics Human Rights**, vol. 13, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar - Sinopse**: Campo Largo de 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar - Sinopse**: Campo Largo de 2021. Brasília: IBGE, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Escolar - Sinopse**: Campo Largo de 2023. Brasília: IBGE, 2023. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Campo Largo de 2022. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2025.

ILHAMI, R.; MARLOVIA, E. M.; ACHMAD, W. “Smart government policy implementation for smart city concept realization”. **International Journal of Health Sciences**, vol. 6, n. 5, 2022.

JANSSEN, M.; VAN DEN BERG, J. “The governance of digital government: Managing complexity in digital transformation”. **Government Information Quarterly**, vol. 39, n. 4, 2022.

KLEIN, L. L.; PEREIRA, B. A. D.; LEMOS, R. B. “Qualidade de vida no trabalho: parâmetros e avaliação no serviço público”. **Revista de Administração Mackenzie**, vol. 20, n. 3, 2019.

KLERK, W. *et al.* “The social science research process: A new model”. **Open Journal of Social Sciences**, vol. 11, n. 11, 2023.

LEÃO, P. *et al.* “The digitalization phenomenon and digital strategies in emerging countries: A semi-systematic review”. **Revista de Administração Mackenzie**, vol. 24, n. 3, 2023.

LEE, H. “Strategic types, implementation, and capabilities: Sustainability policies of local governments”. **Public Administration**, vol. 102, n. 1, 2023.



LOCATELLI, G. *et al.* “A Manifesto for project management research”. **European Management Review**, vol. 20, n. 1, 2023.

MANICA, F. B.; MENEGAT, F. “Serviços públicos no Brasil: uma análise a partir das esferas de titularidade”. **Revista Brasileira de Direito**, vol. 14, n. 1, 2018.

MARRUFO, C. E. M.; SALVADOR, E. G. B. “Hacia una Gobernanza pública inteligente desde la Gobernabilidad”. **European Public and Social Innovation Review**, vol. 9, 2024.

MARZI, G. *et al.* “Guidelines for Bibliometric-Systematic Literature Reviews: 10 steps to combine analysis, synthesis and theory development”. **International Journal of Management Reviews**, vol. 27, n. 1, 2025.

MATIAS-PEREIRA, J. “Governança no setor público: ênfase na melhoria da gestão, transparência e participação da sociedade”. **Brazilian Journal of Development**, vol. 8, n. 8, 2022.

MEDAUAR, O. “Serviço público”. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 189, 1992.

MENDES, S. A. T. *et al.* “Marketing estratégico e eficiência nutricional no cultivo hidropônico de hortaliças: um estudo de caso no amazonas”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 50, 2024.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2006.

MITCHELL, D. “Toward a theory of public strategic implementation”. **Governance and Management Review**, vol. 5, n. 1, 2020.

MORA, L. *et al.* “Confronting the smart city governance challenge”. **Nature Cities**, vol. 2, 2025.

MORIN, J.-F.; OLSSON, C.; ATIKCAN, E. Ö. **Research Methods in the Social Sciences: an a-z of key concepts**. Oxford: Oxford University Press, 2021.

NAEEM, M. *et al.* “A step-by-step process of thematic analysis to develop a conceptual model in qualitative research”. **International Journal of Qualitative Methods**, vol. 22, n. 18, 2023.

NAEEM, M. *et al.* “Demystification and actualisation of data saturation in qualitative research through thematic analysis”. **International Journal of Qualitative Methods**, vol. 23, 2024.

NICHOLS, A. L.; EDLUND, J. **The Cambridge Handbook of Research Methods and Statistics for the Social and Behavioral Sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

OLIVEIRA, L. **A participação comunitária e a elaboração de políticas municipais**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2022.

OLIVEIRA, R. D. C. “Gestão pública municipal: um desafio para os gestores”. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, vol. 1, n. 2, 2019.

ONGARO, E.; FERLIE, E. “Strategic Management in Public Organizations: Profiling the Public Entrepreneur as Strategist”. **The American Review of Public Administration**, vol. 50, n. 4, 2020.

PAIVA, P. H. B. “Planejamento urbano em Goiânia: a câmera participante e um estudo pelas margens”. **Iluminuras**, vol. 19, n. 46, 2018.



PASQUOTTO, G. B. “Reflexões sobre a abrangência dos equipamentos públicos urbanos comunitários e de mobilidade”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 22, n. 64, 2025.

PFEIFFER, P. **Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem**. Brasília: ENAP, 2000.

POPESCU, M. A. M. *et al.* “Citizens’ Perception of Digital Public Services: A Case Study among Romanian Citizens”. **Administrative Sciences**, vol. 14, n. 10, 2024.

PORWOL, L.; OJO, A.; BRESLIN, J.G. “An ontology for next generation e-Participation initiatives”. **Government Information Quarterly**, vol. 33, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO. **História de Campo Largo**. Campo Largo: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <www.campolargo.atende.net>. Acesso em: 12/03/2025.

RAGIN, C. C. “Introduction: Cases of ‘What is a case?’”. In: RAGIN, C. C.; BECKER, H. S. (eds.). **What Is a Case? Exploring the Foundations of Social Inquiry**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RASOOLIMANESH, S. M.; BADARULZAMAN, N.; JAAFAR, M. “City Development Strategies (CDS) and Sustainable Urbanization in Developing World”. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, vol. 36, 2012.

RAVŠELJ, D. *et al.* “A review of digital era governance research in the first two decades: A bibliometric study”. **Future Internet**, vol. 14, n. 126, 2022.

REZENDE, D. A. “Cidade digital estratégica: casos brasileiros”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 51, 2024.

REZENDE, D. A. “Strategic Digital City: Concept, Model, and Research Cases”. **Journal of Infrastructure, Policy and Development**, vol. 7, n. 2, 2023.

REZENDE, D. A. *et al.* “Planned Neighborhoods, Planned Cities and Strategic Digital City: Cases around the World with Posthumanism Approaches”. **Journal of Posthumanism**, vol. 5, n. 4, 2025.

REZENDE, D. A.; ALMEIDA, G. G. F.; FUMAGALLI, L. A. W. “Strategic Digital City: Multiple Projects for Sustainable Urban Management”. **Sustainability**, vol. 16, n. 5450, 2024.

RIBEIRO S. S.; REZENDE, D. A.; YAO, J. “Toward a model of the municipal evidence-based decision process in the strategic digital city context”. **Information Polity**, vol. 24, n. 3, 2019.

RIDDER, H. G.; HOON, C.; BALUCH, A. M. “Entering a dialogue: Positioning case study findings towards theory”. **British Journal of management**, vol. 25, n. 2, 2014.

RITZI, C. “The hidden structures of the digital public sphere”. **Constellations**, vol. 30, 2023.

ROTH, J. *et al.* “Examining the feasibility of using open data to benchmark building energy usage in cities: A data science and policy perspective”. **Energy Policy**, vol. 139, 2020.

ROUSSEAU, D. M. “Reviews as research: steps in developing trustworthy synthesis”. **Academy of Management Annals**, vol. 18, n. 2, 2024.



SÁ, H. A. *et al.* “Tendências da inteligência artificial aplicada à defesa: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o Brasil”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 21, n. 62, 2025.

SANTOS, M. E. P. *et al.* “City Production Strategies in the Neoliberalization Context - Salvador as Example”. **Organizações and Sociedade**, vol. 28, n. 98, 2021.

SEFOTHO, M. M. “Research and Professional Practice”. In: FOUCHÈ, C. B. *et al.* (eds.). **Research at Grass Roots**. South Africa: Van Schaik Publishers, 2022.

SIGURJONSSON, T. O.; JÓNSSON, E.; GUDMUNDSDOTTIR, S. “Sustainability of Digital Initiatives in Public Services in Digital Transformation of Local Government: Insights and Implications”. **Sustainability**, vol. 16, n. 24, 2024.

SILVA, A. C. B.; MIRANDA, L. C.; VASCONCELOS, Y. L. “(Im)precisão: causas das variações entre planejamento e execução em orçamentos municipais”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 16, n. 48, 2023.

SILVA, J. A. “Planejamento governamental municipal: uma reflexão teórica sobre o alinhamento do plano plurianual ao planejamento estratégico do município”. **Revista Humanidades e Inovação**, vol. 6, n. 2, 2019.

SILVA, M. R. *et al.* “Relações entre estratégias, serviços públicos e cidade digital estratégica: casos de Foz do Iguaçu e Pinhais, Paraná, Brasil”. **Revista da Tecnologia e Sociedade**, vol. 18, n. 54, 2022.

SIMAS, T. B.; OLIVEIRA, S. A. L. C.; CARVALHO, C. M. “City Marketing Strategies of Porto Digital”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 22, 2020.

SINGULANO, Y. L.; CASTELARI, M. C.; EMMENDOERFER, M. L. “Terceirização de serviços públicos: reflexões de um metaestudo”. **Revista Direito e Práxis**, vol. 13, n. 2, 2022.

TAKAHASHI, A. R. W.; ARAUJO, L. “Case study research: opening up research opportunities”. **RAUSP Management Journal**, vol. 55, 2020.

TEIXEIRA, A. V.; REZENDE, D. A. “A Multidimensional Information Management Framework for Strategic Digital Cities: A Comparative Analysis of Canada and Brazil”. **Global Journal of Flexible Systems Management**, vol. 24, n. 1, 2023.

TOBOSO-CHAUVERO, S. *et al.* “Critical review of methodological tools and trends for assessing the performance of inclusive circular cities”. **Cleaner Environmental Systems**, vol. 17, 2025.

TRUTKOWSKI, C.; ODZIMEK, W.; ŻARKOWSKI, R. “Strategic Plan 2022-2025”. **Council of Europe** [2021]. Disponível em: <www.coe.int>. Acesso em: 20/02/2025.

VARGAS, L. C. M. *et al.* “Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise sobre fatores de impacto na decisão de uso do cidadão”. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 19, 2021.

WITESMAN, E. M.; WALTERS, L.; CHRISTENSEN, R. K. “Creating a public service topology: Mapping public service motivation, public service ethos, and public service values”. **Public Administration**, vol. 102, n. 2, 2024.

XAVIER, S. C.; BASTOS, C. A. B. “Estudo do crescimento urbano aplicado ao mapeamento geotécnico: uma metodologia de análise”. **Revista Brasileira de Cartografia**, vol. 62, n. 4, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2018.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 22 | Nº 65 | Boa Vista | 2025

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima